

Conectores de oposição marcados e não-marcados em contexto da oralidade

Marked and unmarked opposition connectors in oral context

*Elioenai Macena de Araújo**, *Matheus de Almeida Barbosa**, *Judithe Genuíno Henrique**,
*Rosana Costa de Oliveira**

**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar a frequência de itens linguísticos adversativos e concessivos na língua falada, através do *corpus* Linguajar do Sertão Paraibano: patrimônio linguístico-cultural, além de estabelecer uma breve comparação com os resultados de Silva (2005). Baseados na ótica da abordagem funcionalista, aplicamos aos dados um dos princípios de Givón (1995), mais especificamente o princípio da marcação, composto por três critérios, o da distribuição de frequência, o da complexidade estrutural e da complexidade cognitiva. Mediante o vasto número de registros do *corpus*, fizemos um recorte estudando apenas os dados de uma cidade, isto é, de Cajazeiras/PB. Os resultados desta pesquisa mostram que os itens adversativos são mais frequentes, logo menos marcados, tanto na língua escrita, como destaca Silva (2005), quanto na fala dos cajazeirenses que preferiram majoritariamente o *mas* para estabelecer relação de oposição entre as orações. Todavia, itens que se revelaram mais frequentes no estudo de Silva (2005), por exemplo, o item *porém*, não demonstraram frequência na fala. Isso nos revela que, dependendo de determinadas situações concretas de comunicação, um item linguístico pode ser mais frequente, enquanto em outras situações de comunicação, menos frequente. Logo, podemos concluir que a língua obedece à regras discursivas moldando-se ao discurso.

Palavras-chave: Frequência. Marcação. Itens linguísticos adversativos e concessivos.

Abstract: This research aims at analyzing the frequency of adversative and concessive linguistic items in the spoken language, through the "*Linguajar do Sertão Paraibano: patrimônio linguístico-cultural*" corpus, and to establish a brief comparison with the results of Silva (2005). Based on the functionalist approach perspective, we made use of the principles of Givón (1995) on the data, more specifically the principle of markedness, consisting of three criteria, the frequency distribution, the structural complexity and the cognitive complexity. Due to the vast number of records in the corpus, we decided to make a cut, studying only the data of a city, that is, Cajazeiras/PB. The results of this research show that the adversative items are more frequent and therefore less marked, both in written language, as highlighted by Silva (2005), as in the speech of *Cajazeirenses* which mostly preferred the item *mas* (but) to establish opposition between sentences. However, items which have proved to be frequent in the study by Silva (2005), for example, the item *porém* (however) was not frequent in the speech. This shows that, depending on certain specific communication situations, a language item could be more frequent, while in other communicative situations, it may be less frequent. Thus, we can conclude that the language abides by discursive rules shaping itself to the discourse.

Keywords: Frequency. Markedness. Adversative and concessive linguistic items.

Introdução

O Funcionalismo é uma abordagem que privilegia a relação entre a estrutura gramatical das línguas naturais e seus usos em diversos contextos da comunicação humana. Diferentemente das abordagens formalistas, representadas pelo Estruturalismo e Gerativismo, o Funcionalismo concebe espaço significativo de estudo ao aspecto da linguagem que não recebeu real atenção dos pesquisadores formalistas, a língua centrada no uso.

Cunha (2009) salienta que, no âmbito dos estudos funcionalistas, a linguagem é composta por uma rede de atividades da comunicação, da sociedade e da cognição, todas integradas a psique humana. Dentro da corrente funcionalista é notória a constituição de vários princípios e categorias centrais responsáveis pela identidade da abordagem e consequentemente das pesquisas na área. Difundidos por pesquisadores da corrente funcionalista norte-americana, segundo Cunha (2009), a *informatividade*, a *iconicidade*, a *marcação*, a *transitividade*, o *plano discursivo* e a *gramaticalização* são alguns dos fatores analíticos em pesquisas que vão do enraizamento da abordagem aos estudos recentes.

O trabalho desenvolvido por Silva (2005) no âmbito das pesquisas funcionalistas é bastante relevante e inspirador, pois nos apresenta um mapeamento referente ao uso dos conectores opositivos em textos editoriais jornalísticos. Nele, Silva (2005) busca traçar o desenvolvimento da construção opositiva ao longo do século XX verificando quantitativamente a ocorrência de itens que marquem essa oposição no gênero discursivo editorial jornalístico. Esta busca foi feita em textos publicados em um jornal de circulação diária, entre os anos de 1900 e 2000. Com isto em mente, Silva (2005) procurou analisar tais itens opositores quanto a suas características sintáticas, semânticas e discursivas, a fim de perceber suas regularidades e idiosincrasias funcionais. Baseados nesse estudo, esta pesquisa pretende evidenciar a preferência dos usuários da língua ao produzir sentenças de oposição adversativas ou concessivas em situações de comunicação oral. Objetivamos também comparar nossos resultados aos da pesquisa de Silva (2005) que mapeou as construções opositivas e seus conectores em textos do tipo editorial jornalístico, com o intuito de revelar as possíveis motivações que levam o usuário da língua utilizar em determinados contextos uma ou outra construção linguística. Silva (2005) aplica os critérios¹ de distinção entre categorias marcadas e não-marcadas aos dados do *corpus*, que remetem ao contexto da língua escrita.

Pretendemos, por meio de um recorte dos dados do *corpus* Linguajar do Sertão

¹ O princípio da marcação apresenta três critérios que distinguem construções marcadas de não-marcadas. São eles: *distribuição de frequência*, *complexidade estrutural* e *complexidade cognitiva*.

Paraibano: patrimônio linguístico-cultural², apresentar possíveis similitudes ou discrepâncias relativas aos resultados de Silva (2005), além de revelar a opção dos usuários da língua ao construir sentenças de oposição, sejam elas adversativas ou concessivas, em contextos da fala.

Abarcados pela teoria funcionalista, o item abaixo apresenta um resumo dessa abordagem e suas contribuições para os estudos linguísticos, além de enfatizar um de seus princípios que nos serviu de norte para análise e discussão dos dados.

1 Teoria Funcionalista

O século passado, de forma proeminente, foi marcado pelos estudos estruturalistas, com base em Ferdinand de Saussure, e pelos gerativistas, de base Chomskyana. Essas perspectivas de estudo linguístico, chamadas de formalismo, estabeleciam como escopo analítico da ciência da linguagem a estrutura/forma linguística.

Segundo Rosário (2015), a partir da década de 70, no século XX, ganhou força a abordagem funcionalista. *From Discourse to Syntax: Grammar as a processing strategy*, de Givón (1979, apud Rosário, 2015), para os funcionalistas, é o marco dos estudos da área.

Foi a partir dos postulados funcionalistas que as possíveis interferências da fala sobre a língua foram consideradas. Em relação à sintaxe das línguas humanas, Rosário diz que, para Givón, ela "existe em razão das funções que a estrutura desempenha. Em outras palavras, a sintaxe estaria a serviço do discurso e da pragmática, e não seria uma entidade autônoma como defendiam estruturalistas e até hoje gerativistas" (ROSÁRIO, 2015, p. 143).

Portanto, a linguística funcional estabelece uma estreita relação entre *sintaxe* e *discurso*. Para essa abordagem, a criatividade da língua se dá nos contextos de comunicação, sendo a sintaxe subserviente ao discurso. Os princípios que constituem a gramática de uma língua são vistos, diferentemente do gerativismo, de forma dinâmica, associados à cognição das pessoas. Assim, a gramática das línguas naturais não é acabada, mas se encontra em constante fase de constituição sendo, pois, emergente.

A maior diferença entre formalistas e funcionalistas está na concepção de língua, pois para esses ela é vista como um instrumento de interação social. Por isso, a língua não é autônoma, visto que é moldada pelo discurso que a auxilia na determinação de sua estrutura gramatical.

² Doravante, Linguajar do Sertão.

A Sintaxe Funcional compreende-se por meio de fatores cognitivos e comunicativos, além de sociais, culturais, de processamento mental, de variação, mudança e etc. Nessa perspectiva de análise linguística há a defesa de que os elementos da língua são motivados e não arbitrários, ou seja, a língua é icônica. Já a fala recebe mais espaço de análise, que nos estudos formalistas pertencia exclusivamente à língua. Além disso, no funcionalismo há significativa aplicação de esforço em pesquisas de caráter pancrônico³.

Desse modo, comungamos com as palavras de Neves sobre o funcionalismo se tratar de uma teoria ‘ligada’, acima de tudo, “aos fins a que servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo de dizer que o Funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão” (NEVES, 2004, p. 13).

Em suma, o funcionalismo se interessa por fenômenos relacionados às motivações discursivo-gramaticais, além de semântico-cognitivas referentes ao uso linguístico. Podemos destacar o fenômeno da variação e principalmente da mudança linguística como foco de interesse dessa teoria. Muitos são os princípios que abarcam uma gama de fenômenos de interesse da área, segue abaixo um deles, demarcado por Givón (1995) e utilizado em nossa análise de dados.

1.1 Princípio da Marcação

O princípio da marcação é importante nos estudos linguísticos funcionalistas, pois auxilia na análise das propensões de mudança/estabilização da língua decorrentes de usos feitos pelos falantes em situações concretas de interação.

As expressões *marcado* e *não-marcado* surgem na Escola Linguística de Praga. Segundo Cunha,

[...] a ideia-central é a de contraste entre dois elementos de uma dada categoria linguística, seja ela fonológica, morfológica ou sintática. Um entre dois elementos que se opõem é considerado marcado quando exhibe uma propriedade ausente no outro membro, considerado não-marcado (CUNHA, 2009, p. 170).

Em outras palavras, o princípio da marcação está condicionado a uma relação de

³ “[...]. O *estudo pancrônico*, de alguma forma, é uma terceira via que busca integrar tanto a visão sincrônica quanto a diacrônica, com o objetivo de descrever um determinado fenômeno tanto em seu estado atual como em estados anteriores” (ROSÁRIO, 2015, p. 160).

presença *versus* ausência de uma propriedade em um par de itens linguísticos. Diante da citação, podemos exemplificar essa ideia-central considerando o item lexical *canetas* que é marcado por estar na forma plural em comparação a *caneta*, item não-marcado já que apresenta característica [-plural].

Comparando as formas marcadas e não-marcadas, vale dizer que essas últimas são mais frequentes, isto é, mais usadas na comunicação, são aplicadas em contextos mais amplos, sua estrutura é menor, logo são adquiridas rapidamente na fase de aquisição da linguagem pelas crianças.

Givón (1995) distingue os itens marcados e não-marcados, considerando os seguintes critérios:

a) Complexidade estrutural: este critério diz que estruturas marcadas tendem a ter mais material linguístico, ou seja, mais complexidade estrutural que sua estrutura equivalente não-marcada; por exemplo, o item lexical “países” é marcado em comparação à sua versão no singular “país”. Logo, este é menos complexo estruturalmente do que aquele.

b) Distribuição de frequência: significa que a estrutura mais frequente tende a ser a menos marcada, em contrapartida com a estrutura marcada que seria menos frequente. Considerando os exemplos do item anterior, pode-se dizer que “país”, por ser uma estrutura não-marcada, é mais frequente em comparação à sua estrutura equivalente “países”.

c) Complexidade cognitiva: a estrutura mais marcada tende a causar mais demanda cognitivamente que a estrutura não-marcada⁴. Por exemplo, o processamento de “países” é mais complexo, pois trata-se de um item lexical menos frequente e possui uma estrutura maior do que seu item equivalente “país”. Por isso, sua complexidade cognitiva é marcada, comparada ao “país” que possui uma estrutura menos complexa e é mais frequente.

Salientados sutilmente no parágrafo anterior, que a complexidade estrutural abarca a noção de que o item linguístico de maior estrutura, isto é, mais complexa é marcado e o item de estrutura menor é não-marcado. Sobre a distribuição de frequência, a palavra menos frequente é marcada face a palavra mais frequente que é não-marcada. Por fim, na complexidade cognitiva, o item linguístico marcado é aquele que requer maior esforço mental

⁴ Em relação à complexidade cognitiva, Givón (1995, p. 45) fala em um trecho especificamente sobre as construções na voz passiva para ilustrar essa característica distintiva entre as categorias marcadas e não-marcadas, e levanta a possibilidade da maior complexidade das estruturas marcadas estarem associadas à uma questão de frequência. No entanto, ele encerra a discussão afirmando que não há, até o momento de publicação de seu texto, evidências conclusivas em relação a este aspecto.

para processá-lo. Já o item não-marcado exige menos esforço cognitivo do usuário da língua.

As formas não-marcadas por serem mais usuais são menos expressivas, devido à sua alta frequência de uso. Em vista disso, quando queremos ser mais expressivos, usamos as formas marcadas. É notório que a aplicação da expressão *marcado* e *não-marcado* a itens linguísticos é muito relativa em virtude de uma época ou comunidade, pois uma forma marcada em um determinado contexto de comunicação pode ser não-marcada em outro.

Segundo Givón (1995) a complexidade estrutural, a distribuição de frequência e a complexidade cognitiva devem ser analisadas de forma independente e depois é que deve-se associá-las, com base em dados reais de pesquisas, com o objetivo de estabelecer uma correlação entre forma linguística e sua função.

Silva (2005) buscou analisar as construções opositivas e seus conectores, através de textos escritos de gênero editorial jornalístico. Tomados por essa ideia, esta pesquisa analisa parte dos dados do *corpus* Linguajar do Sertão, que é composto por textos orais, buscando verificar se as conclusões de Silva (2005) também podem ser estendidas para o *corpus* analisado neste trabalho, quando aplicados os três critérios de marcação, propostos por Givón (1995).

2 *Corpus* Linguajar do Sertão

O *corpus* Linguajar do Sertão faz parte da Coleção “O Linguajar Paraibano”, que surgiu da necessidade de documentar as variedades dialetais paraibanas antes de sua diluição, face aos meios de comunicação de massa, que pode sugerir uma perda das características linguísticas de uma geração. Vale dizer que devido à popularização de diversos equipamentos eletrônicos, como *smartphones*, recentemente, e principalmente a televisão, as pessoas passaram a ter acesso a outras culturas regionais, além de se influenciarem linguisticamente devido aos programas e novelas televisivas em rede nacional.

Composto por seis volumes, o *corpus* é resultado de projeto de extensão desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba. Podemos salientar que o projeto inseriu-se na linha temática “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”, sendo executado ao longo dos anos de 2011 e 2012.

Como ação de extensão, o projeto objetivou desenvolver nas comunidades dos nove municípios envolvidos – Cajazeiras, Catingueira, Catolé do Rocha, Conceição, Itaporanga, Patos, Pombal, Princesa Isabel e Sousa – a consciência da importância da variação dialetal na construção da diversidade linguístico-cultural brasileira, um dos maiores patrimônios nacionais.

Para este estudo, utilizamos apenas cinco entrevistas que compõem a unidade referente à cidade de Cajazeiras, pois os seis volumes são compostos por diversas entrevistas, com o intuito de representar e registrar a *fala* dessas populações. Os temas desenvolvidos no decorrer das entrevistas se referem a um universo de um povo castigado no tempo pelo preconceito e falta de ações públicas que amenizem as dificuldades diversas de uma terra tão valiosa e de pessoas batalhadoras.

Os entrevistados do projeto Linguajar do Sertão possuem o ensino básico completo ou em andamento. Cada cidade apresenta em média seis sujeitos, sendo três homens e três mulheres; todos falantes nativos do português brasileiro. A média de idade dos entrevistados varia de quinze aos sessenta anos.

2.1 Análise e Discussão de Dados

Baseados no estudo de Silva (2005), utilizaremos os critérios definidores de expressões marcadas e não-marcadas expostos anteriormente, objetivando evidenciar as motivações que levam os falantes a usarem em determinados contextos de comunicação um ou outro item linguístico para formar sentenças de oposição adversativas ou concessivas. Pretendemos também comparar os resultados dessa pesquisa aos de Silva (2005).

De modo a selecionar os itens alvo de nossa análise, nos baseamos naqueles já estudados por Silva (2005), para termos base comparativa entre os nossos resultados e os do autor mencionado. Os itens linguísticos aqui destacados, por sua vez, podem assumir, dependendo do contexto, formas e funções diferentes, como também em certas situações linguísticas um item linguístico pode ser mais marcado e em outro contexto menos marcado.

O corpus Linguajar do Sertão, como dito anteriormente, é resultado de uma pesquisa de extensão feita no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, ao longo dos anos 2011 e 2012. Devido à extensão deste material, decidimos utilizar para fins de análise apenas um dos seis volumes que compõem tal *corpus*, que equivale a cinco entrevistas realizadas na zona urbana da cidade de Cajazeiras/PB. A partir daí, com o auxílio da função "localizar", do *software* Acrobat Reader, localizamos em quais pontos das entrevistas tais conectores apareciam. É importante salientar que em dados momentos, os itens pesquisados podiam se referir a mais de um sentido ou função, como o conector "se". Com isto, foi necessário fazer uma identificação prévia do sentido que este conector estava lançando, para que ele pudesse ser contabilizado dentro do escopo do que esta investigação propõe.

Segundo Silva (2005) as sentenças concessivas causam menos custo ao processamento linguístico na escrita do que na fala, ou seja, as concessivas devem ser mais

frequentes no texto escrito. Todavia, as construções adversativas são mais comuns na fala.

Diante dos índices de frequência dos conectores concessivos e adversativos propostos por Silva (2005), os resultados de sua pesquisa apresentam a supremacia de sentenças adversativas face às concessivas em textos escritos de gênero editorial jornalístico. Esperava-se que através de textos escritos e relativamente formais houvesse a predominância de construções concessivas, não adversativas, destaca o autor.

Nesta pesquisa, consideramos todos os conectores analisados por Silva (2005), e exibidos na tabela 1. A comparação entre o número total de ocorrência dos itens linguísticos opositivos adversativos e concessivos no *corpus* Linguajar do Sertão, pode ser representada no seguinte gráfico:

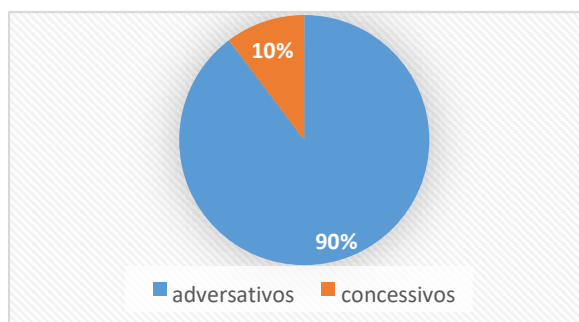


Gráfico 1: frequência total dos itens adversativos e concessivos.

O gráfico 1 nos apresenta a supremacia dos itens adversativos (90%) sobre os concessivos (10%), corroborando as palavras de Silva (2005) que destacou a predominância, ainda mais expressiva, das sentenças adversativas sobre as concessivas na fala.

Os itens adversativos atingiram a seguinte distribuição de frequência:

Conectores	Quantidade	%
MAS	174	71,31%
E	59	24,18%
PORÉM	0	0,00%
ENTRETANTO	0	0,00%
NO ENTANTO	0	0,00%
TODAVIA	0	0,00%
SENÃO	6	2,46%
ENQUANTO	5	2,05%
AO PASSO QUE	0	0,00%
CONTUDO	0	0,00%
Total	272	100%

Tabela 1: distribuição de frequência dos itens adversativos

De todos os conectores analisados por Silva (2005), encontramos frequência na fala dos cajazeirenses, apenas dos conectores *mas* (71,31%), *e* (24,18%), *senão* (2,46%) e *enquanto* (2,05%). Observamos claramente a preferência dos falantes de Cajazeiras, representados pelos sujeitos do *corpus* Linguajar do Sertão, ao usarem majoritariamente o item *mas*. São 174 ocorrências sobre 59, registradas pelo segundo item adversativo mais utilizado. Reportando os dados da pesquisa de Silva (2005), o uso do item adversativo *mas* também foi supremo em comparação aos demais itens, no contexto escrito. Isso nos revela a preferência desse conectivo em construções adversativas.

Diferentemente dos resultados de Silva (2005) com a língua escrita, verificamos que na fala não houve nenhuma competição acirrada na preferência dos falantes entre os itens adversativos. Os números são bastante discrepantes quando observamos o *mas* e o *e*, itens preferidos na construção de sentenças de oposição.

O conector *porém* que nos dados da pesquisa de Silva (2005) ocupa a segunda posição de item mais frequente, não apresentou nenhuma ocorrência nos dados deste trabalho. Comparando as ocorrências do *mas* na língua falada com as da língua escrita

(SILVA, 2005), verificamos que mesmo apresentando grande frequência na escrita (143 ocorrências), na fala, esse conector, revela-se ainda mais usual (174 ocorrências) na construção de sentenças adversativas. Os itens concessivos, por sua vez, distribuem-se da seguinte maneira:

Conectivos	Quantidade	%
EMBORA	4	16,62%
MESMO (QUE/ASSIM)	5	20,55%
APESAR DE	0	0,00%
NÃO OBSTANTE	0	0,00%
AINDA QUE/QUANDO	0	0,00%
POR MAIS/MELHOR...QUE	1	5,90%
SEM	6	23,73%
EM QUE PESEM	0	0,00%
NEM (ASSIM)	6	23,73%
A DESPEITO DE	0	0,00%
CONQUANTO	0	0,00%
SE	2	9,47%
SEJA COMO FOR	0	0,00%
EM TODO CASO	0	0,00%
Total	28	100%

Tabela 2: distribuição de frequência dos itens concessivos

Em face dos dados da tabela 2, é notório que os itens concessivos, na fala, são menos frequentes em comparação à escrita, como corrobora os dados de Silva (2005). Vale destacar que enquanto o concessivo *embora* se revela mais frequente em contexto de escrita, na oralidade itens como *sem* (23,73%) e *nem (assim)* (23,73%) demonstram a preferência dos usuários da língua em contexto de oralidade.

Analisando os dados extraídos do *corpus* Linguajar do Sertão e com base nos três

critérios que distinguem elementos marcados de não-marcados, aplicaremos o critério de distribuição de frequência aos dados referentes aos itens adversativos. Em decorrência disso, a figura abaixo remonta a frequência dos quatro primeiros itens mais utilizados, demonstrando seu caráter menos marcado ou mais marcado.

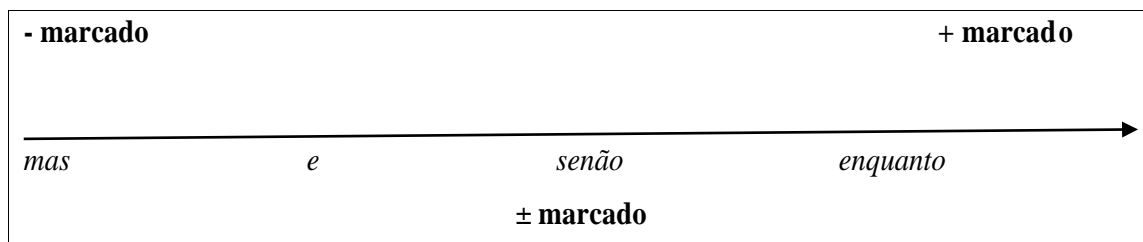


Figura 1: marcação/frequência dos itens adversativos

Com base na Figura 1 e nos resultados de Silva (2005), salientamos que alguns itens são menos marcados em determinados contextos de comunicação, já em outros se revelam mais marcados. No caso do *porém*, por exemplo, que nos dados do *corpus* analisado por Silva (2005) demonstrou frequência superior ao item *e*, e nos dados do Linguajar do Sertão não apresentou nenhuma ocorrência sugerindo que o *porém* não concorre com o *mas* na fala dos cajazeirenses.

Sobre a complexidade estrutural dos adversativos, devemos considerar o item *e* menos marcado em comparação aos demais, pois possui material morfológico inferior em comparação ao *mas*, *senão* e *enquanto*. Diferentemente dos resultados obtidos por Silva (2005), o conector que é mais corporificado neste estudo⁵ é o *enquanto*, não o *entretanto*. Esses dados sugerem o entendimento de que em contextos da oralidade os usuários da língua preferem itens que facilitem a codificação e interpretação, e itens menos densos fonologicamente, já que *enquanto* possui menos fonemas que *entretanto*. Logo, a Figura 2 ilustra bem a ordem que representa o grau de marcação dos adversativos quanto à complexidade estrutural:

⁵ Vale dizer que estamos analisando apenas os quatro primeiros itens linguísticos adversativos e concessivos mais frequentes, assim como fez Silva (2005) em parte de seu trabalho.

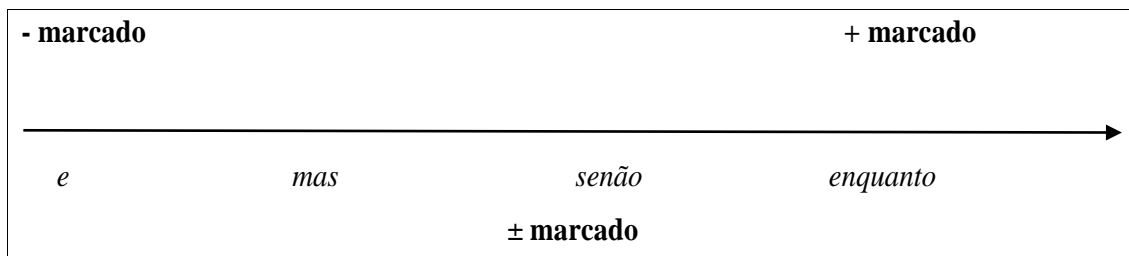


Figura 2: marcação/complexidade estrutural dos itens adversativos

A complexidade cognitiva dos conectores adversativos analisados apresenta uma ordem diferente da Figura 2, pois podemos pensar que um item com menos volume morfológico demandaria mesmo custo de processamento e esforço mental na compreensão da sentença. Assumimos a forma *mas* como menos marcada, pois apesar de ser mais frequente é a que mais tem o sentido de oposição cristalizado na memória dos usuários da língua portuguesa. Isso é corroborado pela preferência que tem os usuários da língua ao usá-la majoritariamente em textos escritos ou orais para representar oposição.

Consideramos o *senão* como o segundo menos marcado, uma vez que em sua composição encontramos a expressão *não*, que mormente é utilizada para negar, facilitando a intensão do falante ao produzir uma sentença opositiva. Já o *e* julgamos como mais denso cognitivamente, devido aos seus possíveis usos na comunicação. Dependendo do contexto, o conector *e* pode assumir função aditiva (a mais recorrente), adversativa e até conclusiva, como destaca Silva (2005).

Já o *enquanto* defendemos como o item mais complexo cognitivamente, pois devido a sua extensão e pouca recorrência tanto na escrita, quanto na fala, revela-se o conector que requer maior atenção do interlocutor e consequentemente esforço mental. A Figura 3 ilustra bem a gradação da marcação sobre o critério da complexidade cognitiva dos itens analisados:

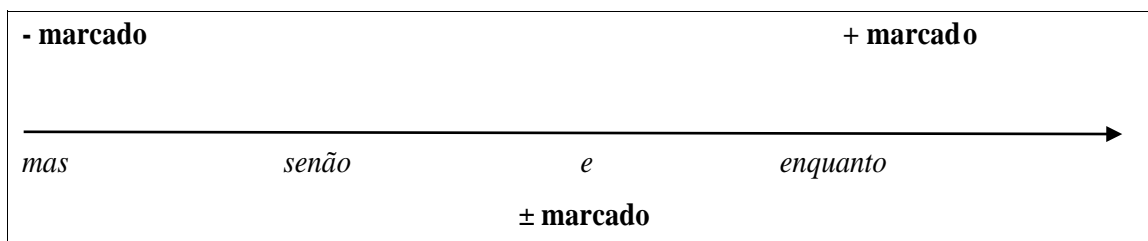


Figura 3: marcação/complexidade cognitiva dos itens adversativos

Sobre os itens concessivos, a Figura 4 nos mostra a frequência dos quatro conectores mais recorrentes na fala dos cajazeirenses. Na pesquisa de Silva (2005) com a língua escrita foi detectado uma competição entre os conectivos *embora* (22,2%) e *mesmo* (20,2%), acompanhados por *apesar de* (16,4%) e *não obstante* (9,4%). Em nosso estudo, o acirramento foi ainda maior, pois os itens *sem* e *nem (assim)* apresentaram o mesmo número de ocorrência (23,73%), seguidos por *mesmo (que/assim)* (20,55%) e *embora* (16,62%). Assim, os conectores *sem* e *nem (assim)* são os menos marcados, em comparação ao *mesmo (que/assim)* e *embora*, ilustrados abaixo:

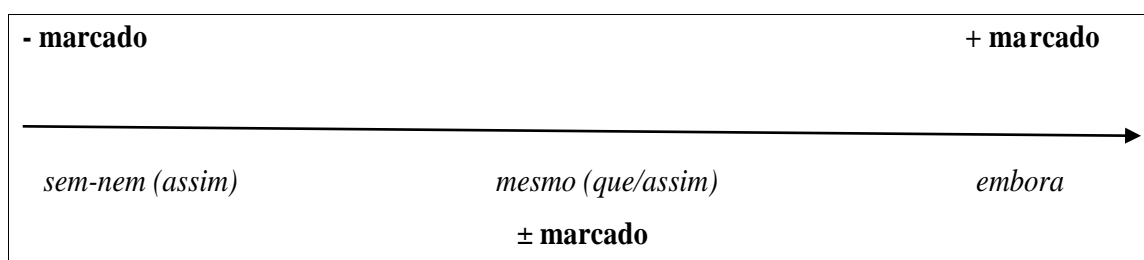


Figura 4: marcação/frequência (complexidade estrutural) dos itens concessivos

No que se refere à complexidade estrutural, o item *sem* e *nem* que apresentam a mesma quantidade de ocorrência são menos marcados, já que possuem menos robustez fonológica, ou seja, os dois possuem o mesmo número de fonemas. Ressaltamos que não consideramos o *assim*, pois não foi em todas as ocorrências que identificamos a presença da partícula; igualmente não consideramos o *(que/assim)* do conector *mesmo* que é menos complexo em estrutura do que o *embora* – item mais complexo estruturalmente analisado. Segundo Silva (2005), essa complexidade do *embora* parte de sua natureza de composição, uma vez que surge da expressão *em boa hora*.

Diante do exposto, a Figura 4 acima apresenta a disposição dos itens concessivos quanto ao critério de complexidade estrutural, mesma ordem da distribuição de frequência.

Os conectores concessivos são menos frequentes na fala, acarretando maior complexidade cognitiva a todos eles face aos adversativos, uma vez que usuários da língua não estão familiarizados a construir na fala sentenças de oposição do tipo concessiva. Isso é notório nos números de ocorrências explicitados anteriormente.

Quanto à complexidade cognitiva, consideramos os itens *sem* e *nem (assim)* como menos complexo ao processamento linguístico, pois diante de sua estrutura e frequência de uso, sugerimos que a ideia de concessão desses conectores já esteja cristalizada na mente dos falantes ao os preferirem, majoritariamente, ao formar sentenças concessivas. Sobre os itens

em análise, Silva (2005) destaca que *mesmo* é o conector concessivo mais frequente na fala, porém diante da noção concessiva já cristalizada do termo *embora*, este último é menos complexo cognitivamente do que o *mesmo*. Por conseguinte, o *embora* é menos marcado do que o *mesmo*, segundo o critério da complexidade cognitiva, como ilustra a figura abaixo:

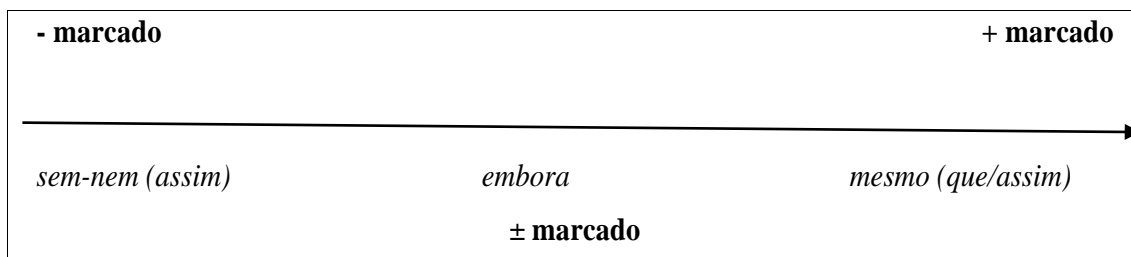


Figura 5: marcação/complexidade cognitiva dos itens concessivos

Esta pesquisa não exaure todas as possibilidades de análise desses itens linguísticos. Aqui, analisamos os critérios de distribuição de frequência, complexidade estrutural e complexidade cognitiva que distinguem itens marcados de não-marcados. As comparações estabelecidas entre os resultados do estudo de Silva (2005) e desta pesquisa são relevantes para que possamos identificar a frequência e como determinados itens linguísticos se comportam em contextos variados. Seja na língua escrita ou falada, é notável o quanto nossa língua varia e muda, mediante o tempo, as pessoas e os contextos reais de uso.

Assim como Silva (2005), os resultados que advém deste trabalho apontam para a supremacia do uso dos adversativos sobre os concessivos, pois contextos mais marcados atraem itens mais marcados e contextos menos marcados atraem itens menos marcados.

Estudos dessa natureza são relevantes para a ciência linguística, pois elucidam as possíveis motivações que levam os falantes utilizarem uma ou outra forma linguística, além de proporem uma reflexão sobre a função dos itens linguísticos na formação do discurso das pessoas em determinadas situações concretas de comunicação.

3 Considerações Finais

O Funcionalismo é uma abordagem dos estudos linguísticos que se preocupa com o funcionamento das línguas naturais e de seus componentes, sendo a sintaxe regida por interesses do discurso. Esse posicionamento é divergente dos ideais formalistas que

acreditam em uma sintaxe autônoma. Em face disso, as premissas formalistas, muita das vezes não são capazes de descrever alguns fenômenos linguísticos, ensejando as limitações dessas abordagens representadas pelo estruturalismo de Saussure e o gerativismo de Chomsky.

A pesquisa realizada neste artigo procurou revelar qual a preferência dos usuários da língua ao produzirem sentenças adversativas e concessivas oralmente, ou seja, buscamos verificar a ocorrência dos conectores de oposição na fala dos sertanejos. Estabelecemos uma comparação entre os resultados deste estudo e os da pesquisa de Silva (2005), que analisou o grau de marcação de construções adversativas e concessivas, na busca de parametrizar a frequência de cada item opositivo na língua escrita.

Tanto os dados de Silva (2005) quanto os dados dessa pesquisa demonstraram a supremacia dos itens adversativos sobre os concessivos, isto é, os adversativos apresentaram mais ocorrência que os concessivos, seja na língua escrita ou na língua falada. Todavia, itens que se revelaram menos marcados na língua escrita, como o *porém*, nos dados da língua falada não apresentaram nenhuma ocorrência. Isso sugere que dependendo da situação e forma de comunicação, um item pode ser marcado ou não-marcado.

Mesmo apresentando menos ocorrência em ambas as pesquisas, os concessivos se mostraram mais frequentes no contexto escrito do que no contexto de fala. Isso corrobora a ideia de que itens linguísticos mais marcados são atraídos por contextos mais marcados e itens menos marcados são mais recorrentes em contextos menos marcados.

Estudos como esses são importantes no campo das pesquisas linguísticas, pois apresentam tendências do uso dos falantes em situações concretas de comunicação. Logo, entendemos que a sintaxe de uma língua não é autônoma, mas dependente do discurso, como defendem os funcionalistas. Devemos, então, trabalhar a língua considerando os fatores linguísticos e extralinguísticos.

Referências

AZEREDO, José Carlos da. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157 - 176.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem do século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CRHISTIANO, Maria Elizabeth A; SILVA, Camilo Rosa; DA HORA, Demerval. (Org.). *Linguística funcional*. João Pessoa: Ideia, 2004. p. 13 - 28.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.

ROSÁRIO, Ivo. Sintaxe Funcional. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo; (Org.). *Sintaxe, sintaxes: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 143 - 161.

SILVA, Camilo Rosa. *Mas tem um porém...: mapeamento da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos*. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

STEIN, Cirineu Cecote; ARAÚJO, Elioenai Macena de; CRUZ, Felipe de Castro; SILVA, Lucas Hudson Pequeno da. *O linguajar do sertão paraibano: Cajazeiras, Catingueira e Catolé do Rocha*. Corpus Urbano [gravação de som]. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ELIOENAI MACENA DE ARAÚJO

Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: elioenaimacena@gmail.com.

MATHEUS DE ALMEIDA BARBOSA

Doutorando e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Especialista em Linguística Aplicada na Educação pela Universidade Cândido Mendes. E-mail: profmatheusba@gmail.com.

JUDITHE GENUÍNO HENRIQUE

Doutoranda e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: judithegh@gmail.com.

ROSANA COSTA DE OLIVEIRA

Professora Adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas na Universidade Federal da Paraíba (CCHLA/UFPB), e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: rosana.ufpb@gmail.com.